

ANC p 4

# Entre a austeridade e os votos

GAZETA MERCANTIL

24 MAR 1988

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, leva hoje ao presidente José Sarney o calendário e a estratégia das medidas de controle do déficit público — um “pacote” voltado fundamentalmente para o corte de despesas com o pagamento do funcionalismo público da administração direta e das empresas estatais, e a redução de outros gastos com incentivos fiscais e subsídios do Orçamento Geral da União.

Confiante de que a definição do sistema presidencialista com mandato de cinco anos dará ao presidente José Sarney “condições de governar de maneira mais efetiva”, o ministro da Fazenda vai acelerar a elaboração do “pacote”, trabalhando no próximo fim de semana para que as decisões possam ser anunciadas antes do feriado da Semana Santa.

Ele salientou na entrevista concedida ontem, po-

rém, que não tem compromissos com uma data determinada para a divulgação do leque de medidas, que, na sua concepção, deverá criar as condições para que o financiamento do déficit do setor público se faça sem transtornos para as taxas de juro e a inflação.

Apesar de a definição do sistema de governo e do mandato presidencial, firmados pela Assembléia Constituinte, representar uma vitória do governo do presidente Sarney, pode ter implicações indesejáveis, do ponto de vista do déficit do setor público ainda difíceis de contabilizar. “Se por um lado o presidente Sarney tem apoio dos parlamentares, por outro lado ficará difícil não ceder às pressões dos que o apóiam”, comentou um funcionário do Palácio do Planalto à editora Elaine Lerner, deste jornal.

Afinal, os parlamentares, ansiosos por conseguir a liberação de verbas, ainda dispõem de um enorme poder de barganha política — a votação do mandato do presidente Sarney nas disposições transitórias da Constituinte. “O presidente Sarney terá de reduzir as despesas públicas sem deixar de liberar verbas, o que pode criar um novo impasse entre a área econômica e a área política”, ressaltou o assessor do Palácio do Planalto.

No Ministério da Fazenda, técnicos lembravam que a Resolução nº 1.464, que freou os créditos para

os estados e municípios, administração direta federal e empresas estatais federais, deve representar uma economia equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), cifra equivalente à que era mencionada com o montante de verbas pleiteadas pelos constituintes que asseguraram o sistema presidencialista com cinco anos de mandato.

O “pacote” fiscal do Ministério da Fazenda é restrito às finanças públicas e tem como alvo certo a folha de pagamento, embora possa ser ampliado para uma reforma administrativa de maior fôlego — fusão ou extinção de ministérios e órgãos federais, no bojo de uma reforma ministerial, como apurou a editora Mariângela Hamu, deste jornal.

O tamanho da folha de pagamento da administração direta — que neste mês de março atingiu CZ\$ 105 bilhões, aproximadamente — está trazendo uma preocupação adicional aos técnicos do ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, dado que a perspectiva, neste mês, é de que a Unidade de Referência de Preços (URP) seja ligeiramente superior ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC, medido pelo IBGE) — uma diferença de 0,4% se a inflação ficar mesmo nos 15,7% previstos pelo IBGE, já que a URP é de 16,19%, representando, assim,

(Continua na página 3)